

Para BNDES, rejeição ao pacote será desastrosa

Gerente da instituição diz que o País tem de cumprir as metas acertadas com o FMI

SUZANA SANTOS

RIO - O gerente do Departamento Econômico do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Fábio Giambiagi, afirmou ontem que descumprir a meta de superávit primário de 2,6% em 1999 acertada com o Fundo Monetário Internacional (FMI) provocaria um "desastre de proporções monumentais". Com base nessa percepção, captada com investidores e analistas estrangeiros, Giambiagi entende de que a recusa do Congresso em relação à aprovação de qualquer uma das medidas anunciadas deve estar condicionada à aprovação de uma

medida alternativa que garanta o superávit previsto. "Estamos andando no fio da navalha", destacou.

Giambiagi lembrou que o País está correndo contra o tempo porque está sujeito à contínua sangria de reservas, pelo menos, até a assinatura do acordo com o FMI, que deve ocorrer, segundo ele, somente no fim de novembro. "Não se pode resistir às medidas impopulares e não cumprir metas", disse.

Para ele, o descumprimento de metas e a abertura de nova negociação com o FMI em relação ao superávit primário soaria como "uma irresponsabilidade do País", para a comunidade internacional. "Essas foram as medidas possíveis na atual circunstância", disse, sem avaliar se as medidas são positivas ou negativas. "Temos de ser realistas: a margem de manobra é muito pequena."

Para Giambiagi, o governo não

deve pensar em alternativas para as medidas anunciadas, que podem ser rejeitadas no Congresso. "O governo tem de tentar valer o que está aí." Para ele, a reação negativa de parlamentares é natural, mas Giambiagi lembrou que será difícil convencer o FMI que a meta de superávit não será atingida porque o Congresso rejeitou as medidas.

Bancos - Os bancos vão "correr atrás" da redução de sua contribuição

social sobre o lucro, com sua inclusão entre os pagadores da Contribuição Financeira para a Seguridade Social (Cofins), disse o gerente de Consultoria Fiscal e Financeira da Arthur Andersen, Arnaldo Marques, lembrando que a alíquota pa-

ga pelos bancos, de 18%, é "mais que o dobro" da paga pelas empresas, de 8%. Ele criticou o argumento do governo de que todos devem ser iguais perante a lei, usado para ampliar a cobrança do Cofins, mas esquecido no caso da contribuição social sobre o lucro. "Isonomia é só para aumentar imposto?"

Ele disse que o abatimento do aumento do Cofins no pagamento do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica não é uma compensação garantida, pois as empresas sempre pagam o Cofins em cima do faturamento, mas nem sempre o IRPJ recai em cima do lucro.

MARGEM DE
MANOBRA É
PEQUENA, DIZ
GIAMBIAGI

■ Colaborou Gustavo Alves